



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RJ

1. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO CARGO DE MOTORISTAS

Condições de execução

- 1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 1.1.1. Início da execução do objeto: até 30 dias a assinatura do contrato.
 - 1.1.2. Após a homologação do certame, a empresa que se sagrar vencedora será convocada, conforme a necessidade da Administração, para realização de reunião inicial e assinatura do contrato, momento em que se confirmará o início da execução contratual com a apresentação dos empregados já submetidos à investigação social pela PF e com a qualificação adequada para o exercício das atribuições do posto de trabalho contratado.
 - 1.1.3. Os empregados da contratada deverão ficar à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
 - 1.1.4. A disposição da mão de obra deverá ser de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a depender da Convenção Coletiva de trabalho a que a Empresa estiver vinculada, no período diurno de segunda a sexta-feira.
 - 1.1.5. A contratada deverá informar ao Fiscal do Contrato nome(s) do(s) substituto(s) em eventuais ausências, como faltas ou licenças, com antecedência mínima de cinco dias úteis, para análise da investigação social.
 - 1.1.5.1. Caso a contratada já tenha informado previamente o nome do substituto eventual será verificada pela fiscalização a validade da pesquisa social e autorizada a alocação dele no posto do ausente.
 - 1.1.5.2. A necessidade de substituição de algum funcionário deverá ser informada pela contratada em até 1 (uma) hora após o início do expediente, ou após 1 (uma) hora do conhecimento do fato.
 - 1.1.5.3. A contratada deverá enviar o substituto que já passou por investigação social para repor o faltante em até 2 (duas) horas.
 - 1.1.5.4. As orientações acima também se aplicam para as ocorrências de férias, quando o nome do substituto deverá ser comunicado à contratante com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
 - 1.1.6. A prestação dos serviços objeto deste processo, tendo em vista a descrição do Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e necessidades da Contratante, será executada por meio das seguintes tarefas básicas:

Local e horário da prestação dos serviços

- 1.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: *Av. Rodrigues Alves, 1 - Saúde - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20.081-250.*
- 1.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:
- 1.3.1. de segunda à sexta-feira: de 06:00 às 15:48h ou de 07:00h às 16:48h ou de 08:00 às 17:48h ou de 09:00 às 18:48h, com 01:00h de almoço, de acordo com a necessidade da Administração.
 - 1.3.2. caso seja permitida a redução da carga horária semanal, através de ato ministerial, os

horários de execução serão ajustados conforme.

Rotinas a serem cumpridas

1.4. A execução contratual observará as rotinas:

1.4.1. Serão 44 horas semanais, a depender da CCT, distribuídas de segunda a sexta-feira.

1.4.2. As rotinas e métodos a serem adotados pela mão de obra terceirizada será definida pelo Setor no qual foi lotada, respeitando a carga horária contratada e os dias úteis.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

1.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

1.5.1. Serão até 6 (seis) postos com dedicação exclusiva;

1.5.2. Serão 44 horas semanais distribuídas de segunda a sexta-feira, com a possibilidade de acionamento nos moldes do item 1.1.4. deste Anexo.

1.5.3. Haverá exigência de garantia de 5% do valor do contrato.

1.5.4. Os colaboradores a serem alocados no contrato serão submetidos a pesquisa individual e social nos termos da Instrução Normativa nº 175 - DG/PF, de 24 de agosto de 2020 que prevê a apresentação de no mínimo os seguintes documentos: ficha cadastral preenchida manualmente, currículo atualizado em formato PDF pesquisável e as certidões de Antecedentes Criminais emitida pela Polícia Federal; Quitação Eleitoral emitida pela Justiça Eleitoral; Certidão Negativa emitida pela Justiça Federal; Certidão Negativa dos locais onde residiu nos últimos cinco anos emitida pela respectiva Justiça Estadual ou pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

1.5.4.1. A contratante poderá solicitar a qualquer tempo outros documentos necessários para a comprovação de dados ou esclarecimento de fatos envolvendo o candidato.

1.5.4.2. A contratada deverá, sempre que possível, informar previamente o(s) nome(s) do funcionário utilizado como cobertura a fim de manter a pesquisa individual e social atualizada evitando-se a interrupção dos serviços.

1.5.4.3. O preposto ou representante legal da contratada sempre que convocado e previamente avisado, deverá participar de reunião seja presencial, seja por videoconferência.

1.5.5. Deverá ser enviada uma planilha de composição de preços para cada item do pregão. As planilhas deverão ser em Excel ou outro software de cálculo, livre, e conter as memórias de cálculo das rubricas e indicação da Convenção Coletiva de Trabalho utilizada.

1.5.6. A planilha de custos e formação de preços - anexa ao Edital - é exemplificativa e não exaustiva, podendo cada participante, justificadamente, elaborar sua própria planilha, desde que dela constem todos os custos considerados na composição do preço exarados neste Termo e nos termos da IN nº 5/2017 atualizada.

1.5.7. Os participantes, quando tributados pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, deverão cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

1.5.8. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

1.5.9. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

1.5.10. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das

oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

1.5.11. As Empresas participantes deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social.

1.5.12. A proposta da LICITANTE deverá informar os “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

1.5.13. Considerando-se jurisprudência do TCU (Acórdão nº 288/2014 – Plenário), fica vedada a inclusão do item “Reserva Técnica” na Planilha de Custos e de Formação de Preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma acarretará a desclassificação da proposta.

1.5.14. Conforme Súmula nº 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a Contratante, pois são tributos de natureza direta e personalista, que oneram diretamente a LICITANTE.

1.5.15. A proposta deverá conter somente duas casas decimais.

1.5.16. No preço proposto já deverão estar inclusos todos os custos e capital de giro necessários e para o cumprimento do objeto da licitação, bem como demais tributos não elencados na Planilha Modelo, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

1.5.17. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5o-C do art. 18 da LC no 123, de 2006.

1.5.18. Foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho:

RJ - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIOS – SINTRUCAD/RIO.

Uniformes

1.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

1.6.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

1.6.1.1. 3 (três) Calças: Rip Stop

1.6.1.2. 5 (cinco) Camisas: Malha Piquet;

1.6.1.3. 1 (uma) Bota: cor e nylon, parte superior resistente à abrasão, material respirável, absorção de impacto, leve.

1.6.1.4. 5 (cinco) Meias Sport: Mínimo 65% de algodão.

1.6.2. O conjunto deve ser entregue ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 12 meses de contrato, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação por escrita da contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

1.6.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

1.6.3.1. Para calças, foi escolhido o tecido RIP STOP, por conta de sua qualidade,

resistência e durabilidade e já são usados nos uniformes da Polícia Federal. O tecido Rip Stop é feito com nylon entrelaçado a outro tecido, podendo ser algodão ou poliéster. Tem em sua composição fios de nylon dispostos de maneira quadriculada, impedindo que ele seja desfiado quando rasgado. O RIP STOP é mais leve que o brim, é de fácil lavagem, rápida secagem, absorve menos o calor.

1.6.4. Para Camisa Polo o tecido definido foi a Malha Piquet (50% Poliéster, 50% Algodão), por sua durabilidade e resistência. Os tecidos Piquet têm micro furos, proporcionando maior leveza e respirabilidade do material. O maior espaçamento entre os fios também ajuda a melhorar o conforto, sendo a transpiração é eliminada através destes espaçamentos, reduzindo assim a umidade no corpo. Também é anti-piling (não faz bolinhas), amassa pouco e seca rápido.

1.6.5. Para as meias optamos por fibras naturais, como o algodão, pois são respiráveis, tem maior capacidade de absorver umidade e são mais duráveis. Com pouca adição de materiais sintéticos. Apenas para dar maior elasticidade, durabilidade e conforto às meias, sugerimos o mínimo de 65% de algodão na composição.

1.6.6. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

1.6.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

1.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido se tratar de serviço muito recente, razão pela qual não há nohal criado. Há um contrato em vigor, mas muito recente, razão pela qual não houve tempo hábil de se criar experiências que devam ser repassadas a futura empresa a ser contratada.

Critérios de aceitabilidade de preços

1.8. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na CCT SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS URBANO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, FRETAMENTO, TURISMO, ESCOLAR, CARGAS, LOGÍSTICAS, E DIFERENCIADOS DO MUCÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SINTRUCAD-RIO, CNPJ n. 10.635.706/0001-83, 2025/2026 utilizados como paradigma:

- a) salário-base: R\$ 3.420,16 (três mil quatrocentos e vinte reais e dezesseis centavos) mensais;
- b) auxílio-alimentação: R\$ 660,00 (Seiscentos e sessenta reais) por mês e com participação do colaborador limitada a 10%, conforme cláusula oitava da CCT e ao trabalhador que apresentar assiduidade integral no mês anterior fica limitado o desconto/participação em R\$ 20,00 (vinte reais) conforme parágrafo segundo da cláusula oitava da CCT.
- c) auxílio-saúde: R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos) mensais conforme parágrafo segundo da cláusula décima da CCT.

1.8.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

1.8.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

1.8.3. Os direitos e benefícios listados na CCT paradigma deverão ser respeitados como patamar mínimo quando da elaboração da proposta e planilha de custos e formação de preços - PCFP.

1.8.4. Caso a CCT da licitante seja diferente da paradigma, deverão ser respeitados os

direitos e benefícios das duas CCT's.

IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

1.9. O Instrumento de Medição de Resultado é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.10. O Instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) é baseado em indicadores de desempenho, obtidos como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor ou, por grupo de servidores constituindo a fiscalização designada para tal.

1.11. Dessa forma, busca-se incluir critério de performance para o serviço de terceirização de mão de obras, seg uindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.

1.12. O relatório de qualidade será obtido por meio da nota obtida na avaliação periódica efetuada pelo servidor responsável ou pela comissão.

1.13. Ao final de cada período, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade devidamente fundamentado, no qual constará o resultado obtido pela CONTRATADA. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.

1.14. Fiscalização:

1.14.1. A avaliação periódica será executada pelo servidor responsável pela Fiscalização constituída por servidores formalmente designados pela CONTRATANTE.

1.14.1.1. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em indicadores, conforme a tabela abaixo:

Indicador	
Nº 01 – Somatório ponderado de ocorrências (irregularidades) apresentadas durante execução contratual.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os serviços sejam realizados conforme a frequência especificada no Anexo
Meta a cumprir	Prestação de 100% dos serviços dentro das especificações deste Anexo e/ou do Termo de Referência
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências
Forma de acompanhamento	Verificar as datas das ocorrências dentro do intervalo mensal efetuando o devido registro das mesmas para apuração total ao fim de cada período avaliado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo).
Início de Vigência	Data do início da execução dos serviços
	Até 2,0 (dois) pontos = 100% da fatura, ou seja, não há glosa.

Faixas de glosa no pagamento	De 2,1 à 4,0 pontos = 97% da Fatura, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da NF.
	De 4,1 à 6,0 pontos = 95% da Fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da NF.
	De 6,1 à 8,0 pontos = 90% da Fatura, ou seja glosa, de 10% sobre o valor da NF
	De 8,1 à 10,0 pontos = 85% da Fatura, ou seja glosa, de 15% sobre o valor da NF
	10,1 pontos ou mais – inexecução parcial ou rescisão
Observações	

TABELA DE PONTUAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Ocorrência	Aferição	N.º de ocorrências no mês	Valor da ocorrência	TOTAL
Atraso no crédito de salários além do 5º dia útil do mês imediatamente subsequente ao do mês de referência): (ordinários - mensal), décimo terceiro, férias, remunerações compensatórias e rescisões contratuais.	Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato ou a comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência.		0,2	
Atraso do crédito dos benefícios de vale refeição além do estabelecido (no contrato ou na Convenção Coletiva).	Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato ou a comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência.		0,2	
Não fornecer uniformes ou fornecer diferente das especificações, ou não substituir quando necessário (Contrato)	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.		0,5	

Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências de postos de serviço por absenteísmo.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado em até 2 horas.		1	
Substituir funcionários sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	A empresa deverá justificar imediatamente a razão da inexecução parcial. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.		1	
Não cumprir determinações e Notificações.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.		1	
Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado ou determinação formal.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.		1	
Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa nesta tabela, anexo ou Termo de Referência.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.		0,5	
Deixar de cumprir e acompanhar o horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.		1	

1.15. O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação.

1.16. As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

1.17. Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.

1.18. A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato.

